

Tempo da Criação 2025

Paz com a Criação



Tráfico de pessoas e a crise climática

Uma reflexão da Amazônia brasileira

Márcia Maria de Oliveira

Universidade Federal de Roraima/Rede Um Grito pela Vida

No Brasil a **Rede um Grito pela Vida** animada pela Conferência dos/as religiosos/as do Brasil (CRB) se soma aos esforços da Rede Internacional da Vida Consagrada contra o Tráfico de Pessoas - Talitha Kum, na campanha de incidência social Tempo da Criação 2025 - contra o tráfico de pessoas e reafirma que é tempo de lutar pela "Paz com a Criação".

O combate ao tráfico de pessoas também é uma forma de cuidar da nossa Casa Comum, templo da Criação cada vez mais atacada e destruída de forma irresponsável por um sistema que explora todas as formas de vida. A crise climática tem provocado milhares de deslocamentos compulsórios ao redor do mundo e este fato tem contribuído para a intensificação da vulnerabilidade de pessoas, comunidades e territórios inteiros susceptíveis ao tráfico. Por sua vez, **a degradação ambiental pode destruir meios de subsistência, como agricultura e pesca**, levando à pobreza e ao desemprego, condições que elevam a vulnerabilidade de pessoas e comunidades a propostas enganosas de traficantes que oferecem oportunidades de trabalho e melhor qualidade de vida.



Em toda a Amazônia, **mais de 80 mil garimpos estão tomando conta da terra**, impulsionando o desmatamento e a crise climática. O acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança pode ser comprometido, dificultando a prevenção ao tráfico e a proteção de potenciais vítimas.

O **Papa Francisco** alertou na *Laudato Sí* (2015):

“Não existe duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental.”

Com isso, faz uma alerta para a **necessidade de uma ecologia integral**, ligando a questão ambiental à social e criticando um sistema económico focado no consumo desenfreado que se apropria até mesmo do corpo das pessoas para garantir seus lucros e sua ganância.



O enfrentamento ao tráfico de pessoas¹ em contexto de degradação ambiental como na Amazônia, tremendamente impactada pela crise climática, passa pela implementação de **medidas de prevenção** que considerem os riscos ambientais, como fornecer informações sobre tráfico para populações deslocadas ou afetadas por crises ambientais; promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência de comunidades e territórios para que possam resistir melhor aos impactos ambientais e reduzir a sua vulnerabilidade à exploração; desenvolver políticas públicas que unam o combate ao tráfico de pessoas com as ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, **reconhecendo a interconexão** entre os problemas.

¹ Uma pesquisa da Universidade Federal de Roraima identificou 309 pessoas que foram vítimas de tráfico de pessoas entre 2022 e 2024: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2543901712551658>

A crise climática impacta no aprofundamento de vulnerabilidades socioeconômicas como a pobreza extrema e a falta de oportunidades que pode forçar indivíduos a aceitar empregos precários e degradantes, como os ligados à extração ilegal de recursos naturais ou outros **crimes ambientais**, para garantir a sobrevivência e o sustento de suas famílias. A busca por meios de subsistência leva pessoas a se envolverem em **garimpos ilegais**, que são perigosos e prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. Da mesma forma, pode conduzir muitas pessoas ao comércio da exploração de **madeira de forma clandestina**, muitas vezes em regiões remotas, pode envolver trabalhadores em condições precárias e ilegais análogas ao trabalho escravo. As pessoas em situação de vulnerabilidade podem ser cooptadas para participar de atividades como o **desmatamento ilegal**, o **tráfico de animais** e o descarte irregular de resíduos, devido à ausência de outras opções de trabalho.

É importante notar que **essa situação não é uma escolha**, mas sim uma consequência da falta de condições básicas e do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, o que torna o combate à vulnerabilidade e a promoção de trabalho digno uma questão urgente.

Márcia Maria de Oliveira

